

SOBRE COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Dell Hymes¹

*Tradução: Marilda Macedo Souto Franco (CILC-SEDF)
Maria Eugênia Sebba Ferreira (Centro de Idiomas-UEG)
Bruna Lourenção Zocaratto*

I

Este artigo é teórico. Uma conotação para “teórico” é “programático”; outra conotação relacionada é a de que se sabe muito pouco sobre o assunto para se dizer alguma coisa prática. Ambas as conotações se aplicam a esta tentativa de contribuir para o estudo dos “problemas de linguagem de crianças excepcionais”. O trabalho prático, no entanto, deve ficar atento à teoria vigente, pois ele pode ser bem ou mal orientado, incentivado ou desincentivado, pelo modo como interpreta essa teoria da época. Além disso, o desenvolvimento da linguagem nas crianças tem neste momento uma pertinência especial para a teoria. O tema fundamental deste artigo é que os problemas teóricos e práticos convergem.

Não é que exista um corpo de teoria linguística a que a pesquisa prática possa recorrer e que somente tenha de aplicá-la. Trata-se, antes, de que trabalho motivado por necessidades práticas possa ajudar a construir teoria da qual precisamos. Em boa medida, programas voltados à mudança da situação de linguagem das crianças são uma tentativa de aplicar uma ciência básica que ainda não existe. Permita-me avaliar o estágio atual da teoria linguística para mostrar porque isso acontece.

Considere uma declaração recente na qual alguém torna explícita e precisa uma suposição que tem sido corrente na linguística moderna (Chomsky, 1965, p.3):

A teoria linguística se preocupa primeiramente com um falante-ouvinte ideal numa comunidade de falantes completamente homogênea, que sabem sua língua perfeitamente e não são afetados por condições gramaticais irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de

¹ Fonte: Excertos de Dell Hymes (1971), denominados *On Communicative Competence* (University of Pennsylvania Press).

interesse e erros (ao acaso ou previsíveis), ao aplicar seu conhecimento da língua no desempenho verbal.

Do ponto de vista das crianças que procuramos compreender e ajudar, uma declaração como essa pode quase parecer uma prova de irrelevância. Todas as dificuldades que as crianças e nós mesmos enfrentamos parecem sumir do cenário.

A resposta de quem quer que seja a tal indicação do estado da teoria linguística vigente pode ser ignorar a teoria de base e escolher cuidadosamente seus resultados. Modelos de estrutura linguística, afinal de contas, podem ser úteis de formas não previstas nas asserções dos seus autores. Alguns linguistas (como, por ex., Labov, Rosenbaun, Gleitman) usam a gramática gerativa transformacional para estudar casos nos quais uma comunidade de falantes não é homogênea e na qual os falantes-ouvintes claramente apresentam diferenças entre si no conhecimento da língua. Quem sabe, então, não seria o caso de simplesmente desconsiderarmos como os linguistas definem o escopo da teoria “linguística”. Alguém poderia apontar vários modelos de linguagem disponíveis – o de Trager-Smith-Joos, o tagmêmico, o estratificacional, o gerativo-transformacional (nas variantes do MIT, Pensilvânia e Harvard, entre outras), e, na Inglaterra, o sistema estruturo-sistêmico (de Halliday e outros). Nota-se que existem acadêmicos importantes usando cada qual um desses modelos para analisar o inglês. Lamenta-se que os linguistas sejam incapazes de concordar sobre a análise do inglês e acabem selecionando de acordo com o problema apresentado em cada situação específica, deixando os gramáticos, assim, com os seus próprios instrumentos.

Agir dessa maneira seria um erro por duas razões: por um lado, o tipo de perspectiva teórica citado acima é pertinente de forma que é importante sempre mantê-lo em mente; por outro lado, existe um conjunto de dados e de problemas linguísticos que seriam deixados sem resolução teórica, se tal concepção limitada de teoria linguística permanecesse inquestionada.

A relevância notável da perspectiva teórica é expressa na sua anedota característica (para usar o termo de Kenneth Burke), a imagem

que ela coloca bem à frente dos nossos olhos. A idéia é mostrar uma criança nascida com a capacidade de dominar qualquer língua com facilidade e velocidade quase milagrosas; uma criança que não seja meramente moldada por condicionamento e reforço, mas que aja ativamente na interpretação teórica consciente do discurso com que seja confrontada, de modo que em poucos anos e com experiência limitada adquira uma capacidade ilimitada de produzir e compreender a princípio toda e qualquer sentença gramatical da língua. A imagem (ou perspectiva teórica) expressa uma igualdade entre crianças na medida em que todas são seres humanos. Isso é nobre pelo fato de que nos inspira a manter a crença de que mesmo condições as mais adversas possam ser transformadas; essa é uma arma essencial contra visões que explicariam as diferenças comunicacionais entre grupos de crianças como inerentes, talvez raciais.

As limitações dessa perspectiva aparecem quando a imagem da criança em vias de se tornar desenvolvida, competente e fluente é colocada lado a lado com as de crianças reais de nossas escolas. A teoria deve parecer, se não irrelevante, pelo menos uma doutrina de malefícios. Maléfica também, porque essa teoria, tão poderosa em seu próprio domínio, não pode nos seus termos lidar com as diferenças. Para fazer frente à realidade das crianças como seres comunicativos é necessária uma teoria na qual os fatores socioculturais tenham um papel claro e constitutivo, e nenhum desses é o caso.

Para a perspectiva associada à gramática gerativa transformacional, o mundo da teoria lingüística é dividido em duas partes: competência lingüística e desempenho lingüístico. Competência lingüística é entendida como o conhecimento tácito da estrutura da língua, isto é, conhecimento que geralmente não é consciente ou que está disponível para relato espontâneo, embora necessariamente implícito no que o falante-ouvinte (ideal) possa dizer. A tarefa primeira da teoria é a de fornecer uma descrição explícita de tal conhecimento, especialmente em relação à estrutura inata da qual deve depender. É em termos de tal conhecimento que o falante pode produzir e compreender um número infinito de frases, e que a língua pode ser falada como “criativa”, como *energeia*. O

desempenho lingüístico é mais explicitamente entendido como voltado para os processos frequentemente denominados codificação e decodificação.

Uma teoria da competência como essa propõe objetos ideais numa abstração dos aspectos culturais que pudessem aparecer na sua descrição. A aquisição de competência é também vista como essencialmente independente de aspectos socioculturais, necessitando apenas de linguagem adequada no ambiente da criança que se desenvolve. A teoria do desempenho é o domínio que poderia ter um conteúdo sociocultural específico; mas embora comparável a uma teoria da língua em uso, ela está essencialmente voltada para os subprodutos psicológicos da análise gramatical e não, digamos, para a interação social. Com relação a um papel constitutivo dos aspectos culturais na aquisição ou na condução do desempenho, a atitude pareceria bastante negativa. Nada ou pouco é dito, e se o fosse, as pessoas esperariam que fosse depreciativo. Alguns aspectos do desempenho são, é verdade, vistos como tendo um papel construtivo (e.g. as regras em fases que ajudam a atribuir acentuação apropriada às frases), mas se a passagem citada no início for lembrada e se as ilustrações de fenômenos do desempenho no capítulo do qual a esta citação for resenhada, perceberemos que o ponto em questão trata persistentemente de uma limitação, se não de uma incapacidade. Quando a noção de desempenho é introduzida como “o uso verdadeiro da língua em situações concretas”, isso equivale a declarar em seguida que apenas sob a idealização citada o desempenho poderia refletir diretamente na competência e que, na verdade, isso obviamente não poderia acontecer. “Uma gravação de fala natural mostrará numerosos falsos começos, desvios de regras, mudanças de plano no percurso, e assim por diante”. As pessoas se referem aos dados lingüísticos primários como “razoavelmente degenerados em qualidade” (Chomsky, 1965, p. 31), ou mesmo ao desempenho lingüístico como uma “adulteração” da competência ideal. (Katz, 1967, p. 144). Embora “desempenho” seja algo de uma categoria residual para a teoria, sua conotação mais saliente é claramente aquela da manifestação da imperfeição do sistema subjacente.

Não penso que a falha em reconhecer um lugar explícito para os fatores socioculturais seja acidental. A restrição de competência às noções

de uma comunidade homogênea, conhecimento perfeito, e independência de fatores socioculturais não parece apenas uma pressuposição simplificadora, do tipo que qualquer teoria científica possa produzir. E se assim fosse, alguma observação a esse respeito deveria ser feita; a necessidade de incluir uma dimensão sociocultural deve ser mencionada; a natureza de tal inclusão deve, pelo menos, ser sugerida. Tampouco a associação predominante de desempenho com imperfeição parecerem accidentais. Certamente, qualquer trecho de fala é uma indicação imperfeita do conhecimento que a ele subjaz. Para os usuários que compartilham o conhecimento, a combinação deve ser pensada como sendo eficiente. E se as pessoas usam suas intuições sobre a fala assim como sobre a gramática, elas podem ver que o que para a gramática é imperfeito ou sem valor, pode ser a façanha engenhosa do ato social (Garfinkel, 1970), ou a evidência padronizada e espontânea da resolução de problemas e do pensamento conceitual (John, 1967, p.5). Estas questões podem ser reconhecidas mesmo que não sejam discutidas.

É preciso reconhecer a ausência de um lugar para os fatores socioculturais e a ligação entre desempenho e imperfeição para que se revele um aspecto ideológico dessa posição teórica. Isso é, se me permitem dizer, uma visão de Jardim do Éden. A vida humana parece dividida entre competência gramatical, um tipo de poder inato ideal, e desempenho, uma exigência mais como o comer de uma maçã, empurrando o falante-ouvinte perfeito para um mundo decaído. Desse mundo, onde os significados podem ser conseguidos pelo suor do senho e a comunicação alcançada com trabalho (cf. Bonhoffer, 1965, p.365), pouco é revelado. A imagem controladora é a de um indivíduo abstrato, isolado, quase um mecanismo cognitivo desmotivado, e não, exceto incidentalmente, a de uma pessoa num mundo social.

Qualquer posição teórica tem, é claro, um aspecto ideológico e esse aspecto da atual teoria linguística não é sua invenção. A característica principal da linguística moderna tem sido a de que ela toma a estrutura como um fim primordial em si mesmo e tende a depreciar o uso, ao mesmo tempo que não abre mão de nada do que alega ser de grande significância no âmbito da língua (contraste com a antiguidade clássica, na qual a

estrutura era um meio para o uso e o gramaticista um subordinado ao professor de retórica). O resultado pode, algumas vezes, parecer bastante satisfatório. Por um lado, por delimitar a preocupação contando somente com dados independentes e facilmente estruturáveis pode-se desfrutar do prestígio de uma ciência avançada; por outro lado, apesar de ignorar a dimensão social do uso, pode-se reter o prestígio de se lidar com algo fundamental para a vida humana.

Sob esse aspecto, Chomsky está totalmente correto quando escreve que sua concepção do interesse da teoria linguística parece ter sido também a posição dos fundadores da Linguística Geral moderna. Certamente, se a Linguística Estrutural moderna estiver na berlinda, logo o seu principal trunfo terá sido o de definir o objeto de interesse da teoria linguística em termos do que ela não é. Na linguística de Saussure, conforme genericamente interpretada, a *langue* foi o terreno privilegiado da estrutura e a *parole* é o reino residual da variação (dentre outras coisas). Chomsky associa sua visão de *competência* e *desempenho* às concepções Saussurianas de *langue* e *parole*, mas enxerga sua própria concepção como superior, indo além da concepção de língua como um inventário sistemático de itens na direção de uma renovação da concepção humboldtiana de processos subjacentes. A concepção de Chomsky é superior, não somente nesse respeito, mas também na própria terminologia que ela introduz para marcar a diferença. “Competência” e “desempenho”, muito mais prontamente sugerem a existência de pessoas, situações e ações concretas. De fato, do ponto de vista da tradição clássica em Linguística Estrutural, o ponto de vista teórico de Chomsky é ao mesmo tempo sua revitalização e culminância. Ela leva à sua perfeição o desejo de lidar na prática somente com o que é da natureza interna da língua, ainda que tenha de reconhecer nessa internalidade o que em teoria é a maior e mais profunda significação humana. Nenhuma teoria linguística moderna tratou mais profundamente da estrutura interna ou da significação humana intrínseca.

Esta revitalização floresce enquanto emerge a sua volta os brotos de uma concepção que antes do final do século (20) poderá sucedê-la. Se tal sucessão ocorrer, será porque, da mesma forma que a teoria

transformacional pôde absorver suas precursoras e tratar das relações estruturais melhor do que elas, assim também novas relações, relacionamentos com um componente social inerradicável, irão tornar-se tão salientes que demandarão uma teoria mais ampla que as absorva e as explique. Retornarei a esta conjectura histórica ao final deste trabalho. Deixem-me agora esboçar considerações que motivam uma tal teoria mais alargada. E permitam que eu faça isso sugerindo uma anedota representativa adicional.

II

Quanto ao fato de ser contra o falante/ouvinte ideal, aqui está a contribuição de Bloomfield sobre um jovem Menomini que ele conheceu (1927, p. 437):

Trovão Branco, um homem por volta de 40 anos, que fala menos Inglês do que Menomini e isso é uma imputação forte, pois o seu domínio de Menomini é abominável. O vocabulário dele é pequeno, as inflexões são sempre grosseiras; ele constrói sentenças a partir de alguns poucos modelos. Pode-se dizer que ele não fala uma língua tolerável. O caso dele não é incomum entre homens mais jovens, mesmo quando falam, ainda que pouco, o Inglês.

Bloomfield continua sugerindo que a comunalidade do caso é devida, de forma indireta, ao impacto da língua dominante. Em resumo, há aqui um *componente diferencial* no interior do *discurso heterogêneo de uma comunidade*, ambos indiscutivelmente moldados pela aculturação. (A alternativa para um papel constitutivo do novo fator sociocultural é afirmar que o abominável Menomini era frequente antes mesmo do contato. Se levada a sério, a hipótese também implicaria fatores socioculturais). A vida social tem afetado não meramente o desempenho observável, mas também a própria competência interna.

Deixem-me agora rever algumas outras indicações da necessidade de transcender as noções de competência perfeita, discurso de uma comunidade homogênea e independência de características socioculturais.

No seu excelente artigo resenhando estudos recentes sobre diferenças socioculturais no desenvolvimento de linguagem nos Estados Unidos, Cazden (1966, p. 190) escreve que uma coisa está clara:

Os resultados podem ser rapidamente resumidos assim: em todas as medidas, em todos os estudos, as crianças de nível sócio-econômico mais elevado, de qualquer modo que o definamos, são mais avançadas do que as crianças de status sócio-econômico mais baixo.

As diferenças analisadas por Cazden abarcam resultados de capacitação apenas em crianças de nível sócio-econômico elevado e, na mesma proporção, resultados de inabilitação para crianças de baixo nível sócio-econômico. Além disso, dadas as diferenças subculturais nos padrões e motivos do uso da língua, crianças de nível mais baixo devem verdadeiramente destacar-se em aspectos de competência comunicativa não observados ou medidos nos testes resumidos. E entre os Menomini não havia somente homens jovens como Trovão Branco, mas também mulheres como Nuvem Vermelha, que

falam um belo e idiomático Menomini...(e) falam Ojibwa e Potawatomi fluentemente. Linguisticamente falando, ela corresponderia a uma mulher americana altamente educada, que falasse, por exemplo, Francês e Italiano, além de um Inglês idiomático da melhor cepa (Bloomfield, 1927, p. 437).

Existem tribos no nordeste da Amazônia nas quais a finalidade normal da competência de linguagem equivale a controlar pelo menos quatro línguas, um estirão no comando ativo ocorrendo na adolescência, com repertório e perfeição de competência continuando a ser desenvolvida por toda a vida. Aqui, como em muitos lugares do nosso mundo, o falante-ouvinte idealmente fluente é multilingue (Mesmo um monolinguê com fluência ideal, é claro, domina variedades funcionais dentro dela mesma).

Com relação a isso, deve-se observar que membros fluentes de comunidades sempre consideram suas línguas ou variedades funcionais como não idênticas em adequação comunicativa. Não é somente que uma variedade seja obrigatória ou preferida para alguns contextos de uso e outras para outros (como soe acontecer, por exemplo, entre ocasiões públicas e relacionamentos pessoais). Tais instituições refletem experiências e a autoavaliação no que se refere àquilo que alguém possa de fato fazer numa dada variedade. Este tipo de competência diferencial

não tem nada a ver com “desvantagem” ou com deficiência em comparação com outros membros da comunidade. Todos eles devem achar o “Kurdo”, digamos, o meio através do qual a maioria das coisas pode ser mais bem expressa, mas o Árabe serve melhor a crença religiosa; usuários de “Bérbere” devem considerar o Árabe superior ao “Bérbere” para todas as finalidades, exceto para conversas domésticas íntimas (Ferguson, 1966).

A combinação de diversidade comunitária com competência diferencial torna necessário não tomar a presença numa comunidade de uma língua de ampla circulação, tal como o Espanhol ou o Inglês, por seu valor externo. Assim como uma pessoa cita uma palavra dita por um nativo entre parênteses, de forma a não implicar que está precisamente identificado, assim também se deveria colocar o nome de uma língua entre aspas, até que o seu verdadeiro status em termos de competência tenha sido determinado. (Evidentemente, há a necessidade de um conjunto de termos teoricamente motivado e empiricamente testado pelo qual se caracterizam os diferentes tipos de competência que possam ser encontrados). Num caso extremo, o que conta como “Inglês” no repertório de código de uma comunidade, pode ser passar de algumas formas fonologicamente marcadas (como no caso do Iwam da Nova Guiné). Os casos, no geral, constituem um contínuo, possivelmente uma escala, variando de um tipo dialetal mais restrito até outro menos restritivo, de algum modo atravessado por adaptações dos mesmos materiais “ingleses” herdados para diferentes propósitos e necessidades. A análise de um linguista sobre dados de uma comunidade sob a hipótese de que “uma vez inglês, sempre inglês” possivelmente não perceba e tristemente deturpe a atual competência supostamente expressa pela sua gramática.

Não há qualquer possibilidade dentro da atual perspectiva de competência linguística de se diferenciarem as habilidades de um dos falantes puros de Menomini, observados por Bloomfield, e aqueles dos quais Trovão Branco era típico representante. As sentenças Menomini de um ou outro poderiam ser referências para uma gramática comum. Possivelmente poderia ser dito que a competência é compartilhada no que diz respeito ao reconhecimento e a compreensão do discurso. Ainda que

seja fato importante (e provavelmente verdadeiro) não tem sido a intenção da teoria distinguir entre modelos de competência para a recepção e modelos de competência para a produção. E até onde a teoria intenciona lidar com o aspecto “criativo” da língua, ou seja, com a habilidade de um usuário planejar sentenças originais apropriadas para as situações, isso pareceria ser uma limitação, senão mais, afirmar somente para justificar uma habilidade comum para entender sentenças originais produzidas por outros. Em um sentido fundamental a competência de dois grupos de falantes, em termos de habilidade para fazer uso “criativo” de Menomini é claramente diferente. Diferença em julgamento de aceitabilidade não está em questão. Há simplesmente um sentido básico no qual usuários de Menomini do tipo mais versátil possuem um conhecimento (sintático assim como lexical) que os usuários tipo *Trovão Branco* não têm [...]

Labov documentou casos de dupla competência em recepção, mas única competência na produção, com respeito à habilidade de crianças negras de classe baixa para interpretar as sentenças em este ou aquele padrão ou sub-norma fonológica, enquanto consistentemente usando somente a sub-norma fonológica própria do falante. Um interessante tipo de caso controverso é que no qual há uma dupla competência para a produção, um tipo de “competência para a incompetência” como se fosse. Desse modo entre os Burundi do leste da África (Albert, 1964) um camponês pode controlar as habilidades verbais destacadas e valorizadas na cultura, mas não consegue expressar-se na presença de um pastor ou superior. Em casos semelhantes comportamento apropriado é aquele no qual “suas palavras são ditas hesitantemente, ou saem de forma descontrolada, suas vozes são altas, suas posturas selvagens, suas figuras de linguagem deselegantes, suas emoções são expostas livremente, suas palavras e sentenças são desajeitadas. Obviamente o comportamento é geral para todos os códigos de comunicação, mas isso está ligado à gramática.entre eles

O trabalho de Labov na Cidade de New York, e exemplos como o de Burundi, no qual a evidência da competência lingüística co-varia com o interlocutor, aponta para a necessidade de uma abordagem social mesmo se o objetivo de descrição for somente um código homogêneo único. Na

verdade, muito da dificuldade em determinar o que é aceitável e intuitivamente correto na descrição gramatical surge porque determinantes contextuais e sociais e não são controladas. Tornando explícita a referência de uma descrição para um único uso em um único contexto, e testando discrepâncias e variações contra diferenças de uso e contexto, o mesmo objetivo de não lidar com a diversidade pode ser alcançado - no limitado, e somente possível sentido em que este pode ser alcançado. As próprias intuições do conhecimento subjacente prova ser difícil entender e estabilizar para o uso (e naturalmente não estão disponíveis para a linguagens ou variedades ele próprio não conhece). Se a análise não é para ser reduzida à explicação de um corpus, ou corrompida por subjetividade, então as respostas e julgamentos dos membros de uma comunidade cuja linguagem é analisada devem ser utilizadas – e não meramente de modo informal ou *ad hoc*, mas em algum caminho explícito e sistemático. Em particular, desde que cada resposta é feita num contexto específico, o controle da dependência de decisões e habilidades no contexto deve ser adquirido. Isso bem que pode ser o que as duas dimensões encontradas por Labov para classificar a diversidade fonológica – hierarquia social de variedade de uso, e âmbito (formal para informal) de “estilos contextuais”, juntamente com marcação para funções especiais (expressividade, clareza, etc.) servirão também para diversidade sintática. Certamente algum conhecimento de critérios locais de fluência, e condições que o afetem, é necessário justamente na medida em que a meta seja aproximar em consideração a uma fluência ideal da linguagem em questão. Em resumo, se alguém analisa a linguagem de uma comunidade como se ela devesse ser homogênea, a diversidade o levaria ao erro. Se alguém começa com análise da diversidade, esse alguém pode isolar a homogeneidade que está verdadeiramente lá.

Obviamente trabalhar com crianças, e com o lugar da linguagem na educação, requer uma teoria que possa lidar com a heterogeneidade da comunidade de falantes com competência diferenciada, o papel constitutivo dos traços socioculturais - que podem levar em conta tais fenômenos como os de Trovão Branco, diferenças socioeconômicas, domínio de muitas línguas, relatividade de competência em “Árabe”, “Inglês”, etc., valores

expressivos, percepção socialmente determinada, estilos contextuais e normas comuns para a evolução de variáveis. Aqueles cujo trabalho requer tal teoria sabem bem quão pouco do seu conteúdo pode agora ser especificado. Duas coisas podem ser ditas. Primeiro, a lingüística precisa desta teoria também. Conceitos que são inquestionavelmente postulados como básicos para a lingüística (falante-ouvinte, discurso da comunidade, ato da fala, acessibilidade, etc.) são, como nós vemos, na verdade variáveis socioculturais, e somente quando alguém deixa suas hipóteses e parte para a análise este pode assegurar as fundações da teoria lingüística. Segundo, a noção de competência pode por se só fornecer a chave. Tal estudo comparativo do papel da linguagem como tem sido empreendida mostra a natureza e avaliação da habilidade lingüística que varia de cultura para cultura; mesmo o que é para contar como a mesma língua, ou variedade, à qual a competência deve estar relacionada, depende em parte de fatores culturais (cf. Gumperz, 1964 Hymes, 1968^a; Labov). Considerando, então que a hipótese de que a competência de usuários da linguagem requer habilidades e julgamentos interdependentes e relativos às características socioculturais, pode-se ver como ampliar a noção para garantir isso. Eu devo me responsabilizar por isso, por reformular primeiramente a anedota representativa da criança, e então as noções de competência e de desempenho por eles mesmos. [...]

Retomando o que já asseveramos para explicar como uma criança rapidamente se torna capaz de produzir e entender (em princípio) toda e qualquer sentença gramatical de uma língua. Considere agora uma criança com tal habilidade. Uma criança que possa produzir qualquer sentença – Tal criança provavelmente seria institucionalizada: mesmo se não produzisse apenas sentenças, mas também discurso ou silêncio aleatórios, imprevisíveis. Da mesma forma, uma pessoa que escolha sentenças e ocasiões apropriadamente, mas domina somente sentenças gramaticalmente completas, é, no mínimo, estranho. Algumas ocasiões pedem que sejamos apropriados e não gramaticais.

Temos de levar em consideração que uma criança normal adquire o conhecimento de sentenças não apenas como gramaticais, mas também como apropriadas. A criança adquire competência quando fala, quando não fala, e no que fala sobre alguém, quando, onde e de qualquer maneira. Em resumo, ela torna-se capaz de adquirir um repertório de atos de fala, tomar parte de conversas e avaliar e comparar suas próprias aquisições as dos outros. Esta competência, além disso, está recheada de atitudes, valores e motivações a respeito da língua, suas características e usos, são recheados de competência e atitudes, para a interrelação da língua com outros códigos de conduta comunicativa (Goffman, 1956, p.477; 1963 p. 335; 1964). A internalização de atitudes a respeito da língua e seu uso é particularmente importante (Labov, 1965 pp 84-5 sobre prioridade da avaliação subjetiva no dialeto social e sobre processo de mudança), com essa internalização de atitudes a respeito do uso da própria língua (ex. atenção a isso) e o relativo lugar que a língua ocupa em um parâmetro de habilidades mentais (Cazden, 1966) e em estratégias – nas quais a língua é considerada disponível, confiável, adequada, em comparação a outros tipos de códigos.

A aquisição desse tipo de competência é obviamente alimentada pela experiência social, necessidades e motivos, e questões na ação que é em si mesma uma renovada fonte de motivos, necessidades, experiências. Nós quebramos irrevogavelmente com um modelo que restringe o desenho da língua a uma face em relação ao sentido referencial, ou em relação ao som e o que define a organização língua como somente consistente de regras para a ligação destes dois pontos. Tal modelo implica nomear a ser a base uso do discurso, como se as línguas nunca fossem organizadas para lamentar, regozijar, implorar, advertir, profetizar, envolver (Burke 1966, p13) para muitas formas de persuasão, direção, expressão e jogo simbólico. O modelo da língua precisa propor-se em relação à condução comunicativa e vida social.

Atenção para a dimensão social não está restrita apenas a ocasiões nas quais os fatores sociais parecem interferir ou restringir os gramaticais. O engajamento da língua na vida social tem um aspecto positivo e produtivo. Existem regras de uso sem as quais as regras gramaticais

seriam inúteis. Da mesma forma como regras de sintaxe podem controlar aspectos fonológicos e da mesma forma como regras semânticas eventualmente controlam aspectos da sintaxe, deste modo as regras dos atos de fala entram como um fator de controle para forma lingüística como um todo. Lingüistas geralmente têm desenvolvido uma teoria de níveis, mostrando que o que é semelhante em um nível de representação tem de fato dois status diferentes para o qual um nível mais afastado precisa ser proposto. O exemplo formal está em Sapir (1925) sobre fonologia, enquanto os maiores exemplos recentes estão no trabalho de Chomsky e Lamb. Um segundo aspecto é que o que é diferente em um nível pode ter um fator de semelhante status em outro (Então as duas interpretações de “Ele decidiu no piso – o piso no qual ele decidiu/como onde ele decidiu – apontam um nível além daquele em que uma idêntica estrutura é mostrada. Exatamente esse raciocínio requer um nível de ato de fala. O que é gramaticalmente idêntico pode ser uma declaração, um comando ou uma solicitação, o que são gramaticalmente duas sentenças podem ser tanto ações quanto pedidos. Alguns podem estudar o nível dos atos de fala em termos da condição na qual sentenças podem ser tomadas como tipos alternativos de um ato, e em termos de condições as quais tipos de atos podem ser realizados como tipos alternativos de sentenças. E apenas para um nível mais avançado de atos podem algumas relações entre meios comunicativos serem vistos, que é a mútua substituição de uma palavra ou um aceno para realizar um ato de consentimento, a necessária co-ocorrência de palavras e o levantar de uma mão para realizar um juramento.

As paralelas interpretações de “ele decidiu no piso” e “ela desistiu do piso” apontam outro nível ao qual a semelhança em estrutura é mostrada.

Regras de uso não são um enxerto tardio. Dados dos primeiros anos de aquisição da gramática da língua inglesa mostram crianças desenvolvendo regras para o uso de formas diferentes e em situações diferentes e um cuidado em diferentes atos de fala (Ervin-Tripp, comunicação pessoal). Alocação de todas as línguas em diferentes usos é comum para crianças em lares multilinguais desde o início da aquisição

delas. Competência para o uso é parte da mesma matriz de desenvolvimento da competência de gramática.

A aquisição de competência para o uso, na verdade, pode ser explicada do mesmo modo como aquisição de competência de gramática. Dentro de uma matriz de desenvolvimento na qual o conhecimento de sentenças de uma língua é adquirido, crianças também adquirem conhecimento de um conjunto de formas no qual sentenças são usadas. De uma experiência finita de atos de fala e de sua interdependência de características sócio-culturais, elas desenvolvem uma teoria geral da fala apropriada para sua comunidade, na qual elas empregam, como outras forma de conhecimento tácito cultural (competência) para conduzir e interpretar a vida social (Goodenough, 1957; Searle, 1967). Elas se tornam capazes de reconhecer, por exemplo, comportamento indagativo apropriado e inapropriado (entre os Araucanianos do Chile, que para repetir uma pergunta é um insulto; entre os Tzeltal de Chiapas do México, para os quais uma questão direta não é propriamente perguntada (e ser respondido “nada”); entre os Cahinahua do Brazil, que uma resposta direta para uma primeira pergunta implica que aquele que responde não tem tempo para falar, uma resposta vaga que a pergunta será respondida diretamente uma segunda vez, e aquele que fala pode continuar).

A existência de competência para o uso pode parecer óbvia, mas se seu estudo é para ser estabelecido e conduzido em relação à corrente linguística, então as noções de competência e desempenho precisam ser criticamente analisadas e uma formulação revisada fornecida.

A principal dificuldade da presente teoria lingüística é que ela parece precisar de algo para identificar o estudo desse fenômeno que nos afeta aqui em relação a sua categoria de desempenho. A teoria da categoria de competência, identificada com o critério de gramaticidade, não nos levam a lugar algum. Apenas o desempenho é deixado, e seu critério associado de aceitabilidade. Na verdade, o uso da língua é equiparado ao do desempenho: “teoria do uso de língua – teria do desempenho” (Chomsky, 1965, p. 9)

As dificuldades com esta equação e as razões para fazê-la podem ser explicadas da seguinte forma: primeiro, o esclarecimento do conceito

de desenvolvimento oferecido por Chomsky (1965, pp. 10-15), como temos visto, omite quase tudo sobre significância sociocultural. O foco de atenção é sobre questões tais como quais entre as frases gramaticais são mais prováveis de serem produzidas, facilmente compreendidas, menos desajeitadas em um sentido mais natural; e tais questões são estudadas inicialmente em relação a três estruturas formais e propriedades dessas estruturas aninhadas, auto-incorporadas, multiplamente ramificadas, ramificações de esquerda e de direita. O estudo de tais questões é de interesse, mas os resultados são resultados da psicologia da percepção, memória, e a preferência, não do domínio do modelo cultural e ação social. Desse modo, quando considera-se, nesse sentido, quais devem ser as semelhanças socioculturais de desenvolvimento, percebe-se que essas semelhanças não deveriam incluir maiores tipos de julgamentos e habilidades com as quais alguém deve negociar no estudo do uso da linguagem (veja abaixo sob adequação).

Segundo, a noção de desenvolvimento, assim usada na discussão, parece confusa em sentidos diferentes. Em um sentido, desenvolvimento é comportamento observável, como quando alguém fala de determinar a partir dos dados de desenvolvimento do sistema de regras subjacente (Chomsky, 1965, p.4), e de metalinguística como a linguística que usa desenvolvimento como dados, junto com outros dados, por exemplo aqueles de introspecção, para determinação de competência (p. 193). O uso recorrente de “real” implica tanto, como quando o termo é primeiramente introduzido no livro em questão como “desenvolvimento real” e primeiramente caracterizado: “desenvolvimento (o uso real da linguagem em situações concretas)” (pp. 3-4). Neste sentido desenvolvimento é “real”, competência subjacente. Em outro sentido, desenvolvimento por ele mesmo subentende os dados, como quando alguém constrói um modelo de desenvolvimento ou infere um dispositivo performativo (por ex. um dispositivo perceptivo) isto é para explicar dados e ser testados contra eles (p. 15); ou como quando, em um sentido relacionado, alguém prevê a possibilidade de “regras de desenvolvimento” estilísticas para acordar a ocorrência de ordens de palavras não acordadas pela teoria gramatical (p. 127).

Quando se fala de desenvolvimento, então, quer dizer dados comportamentais de discurso? ou tudo isto subentende discurso além da gramática? ou ambos? se a ambigüidade é intencional, ela não é frutífera; ela ataca mais do que a categoria residual e o interesse marginal.

A dificuldade pode ser colocada em termos de contrastes que manifestam no uso:

1-competência (subjacente) versus desenvolvimento (real).

2-competência gramatical (subjacente) versus modelos/regras de desenvolvimento (subjacente).

O primeiro contraste é tão notável que o status do segundo é mais obscuro. Na verdade, eu acho impossível entender o que “regras de desenvolvimento” estilísticas poderiam ser, exceto um tipo adicional de competência subjacente, mas o termo é mantido. (...)

Isto mantém a presente visão de gramática gerativa estendendo apenas um pequeno caminho dentro da esfera do uso da linguagem. Para agarrar as intuições e os dados pertinentes a competência subjacente para uso requer um ponto de vista sociocultural. Para desenvolver este ponto de vista adequadamente, deve-se transcender a presente formulação da dicotomia de competência/desenvolvimento, como temos visto e a formulação associada dos julgamentos e habilidades dos usuários da linguagem também. Prossigo para tratar dessa questão agora.

IV

Existem alguns setores da competência comunicativa, dos quais a gramatical é um deles. Colocado de outra maneira, existe comportamento, e, subjacente a isto, existem alguns sistemas de regras refletidas nos julgamentos e habilidades daqueles os quais o comportamento manifesta nas mensagens. (A questão de como as relações interpessoais entre setores devem ser concebidas é tocada na sequência.) Na teoria lingüística sob discussão, julgamentos são ditos para ser de dois tipos: de *gramaticalidade*, com respeito à competência, e de *aceitabilidade*, com respeito ao desenvolvimento. Cada par de termos é estritamente correspondente; a análise crítica justamente torna necessária a análise do

outro. Em particular, a análise justamente exige que distinções explícitas sejam feitas dentro da noção de “aceitabilidade” para corresponder às distinções dos tipos de “desenvolvimento” e, ao mesmo tempo, o conjunto inteiro de termos deve ser examinado e reformulado com respeito à comunicatividade como um todo.

Se uma teoria adequada de usuários de linguagem e uso de linguagem está para ser desenvolvida, isto dá a impressão de que julgamentos devem ser reconhecidos para serem de fato não de dois tipos, mas de quatro tipos. E se teoria lingüística está para ser integrada com teoria de comunicação e cultura, esta quádrupla distinção deve ser estabelecida em um caminho suficientemente generalizável. Eu sugeri, então, que para linguagem e para outras formas de comunicação (cultura), quatro perguntas surjam:

- 1- Se (e em que grau) algo é formalmente possível;
- 2- Se (e em que grau) algo é factível em virtude dos sentidos de implementação disponíveis;
- 3- Se (e em que grau) algo é apropriado (adequado, feliz, de sucesso) em relação a um contexto no qual isto é usado e avaliado;
- 4- Se (e em que grau) algo é de fato feito, realmente desenvolvido e no que isto implica.

Uma ilustração lingüística: uma frase pode ser gramatical, inadequada, tátil e rara. (Pode-se pensar nos quatro como subconjuntos sucessivos; mais provavelmente eles deveriam ser retratados como sobrepostos em círculos.)

Estas perguntas devem ser feitas do ponto de vista de um sistema por si só, ou do ponto de vista das pessoas. Um interesse em competência dita aqui o mais recente ponto de vista. Algumas observações podem ser feitas. Existe um sentido importante no qual um membro normal da comunidade tem conhecimento com respeito a todos esses aspectos do sistema comunicativo disponíveis a ele. Ele interpretará ou acessará a conduta de outros ou dele mesmo de maneira a refletir o conhecimento de cada (possível, factível, apropriado), feito (se assim for, quantas vezes). Existe um sentido importante no qual ele seria dito para ter uma capacidade de considerar cada um. Este último sentido, de fato, é o que

mais se compreenderia como incluído no que seria significado por sua competência. Finalmente, não se pode assumir que as possibilidades formais de um sistema e o conhecimento individual sejam idênticos; um sistema pode conter possibilidades e não parte do presente conhecimento de um usuário (cf. Wallace, 1961b). Nem pode assumir que o conhecimento adquirido por diferentes indivíduos seja idêntico, apesar da identidade de manifestação e sistema aparente.

Dadas estas considerações, eu acho que não há razão suficiente para manter uma terminologia em divergência com o uso mais geral de “competência” e “desempenho” nas ciências do homem (humanas), como é o caso com a presente equação de competência, conhecimento, possibilidade sistêmica de um lado, e desempenho, comportamento, constrangimento implementacional, apropriação do outro. Parece necessário distinguir estas coisas e reconsiderar a relação delas se sua investigação é para ser perspicaz e adequada.

Devo tomar *competência* como o termo mais geral para as capacidades de uma pessoa. (Esta escolha está no espírito, se no presente contra a carta, da preocupação na teoria lingüística para com a capacidade subjacente). A competência é dependente de ambos: conhecimento (tácito) e (habilidade para) uso. O *conhecimento* é distinto, então, tanto para competência (como sua parte) quanto para possibilidade sistêmica (para a qual sua relação é uma questão empírica). Perceba que Cazden (1967), ao utilizar o que é de fato a possibilidade sistêmica como uma definição de competência é forçado a separá-la do que as pessoas podem fazer. A “competência” subjacente ao comportamento de uma pessoa é identificada como um tipo de “desempenho” (desempenho A, comportamento real sendo o desempenho B). A lógica pode estar inerente na teoria lingüística da qual Cazden começa, uma vez que se tenta adaptar a noção de competência a fatores reconhecidos de conhecimento pessoal. O resultado estranhamente enganoso mostra que a noção original não pode ficar inalterada.

O conhecimento também pode ser entendido como subguardando todos os quatro parâmetros recém observados. Há conhecimento de cada. *Habilidade para uso* também pode ser relacionada aos quatro parâmetros.

Certamente pode ser o caso que os indivíduos diferem quanto à habilidade de usar o conhecimento de cada: para interpretar, diferenciar, etc. A especificação de habilidade para o uso como parte da competência admite o papel de fatores não-cognitivos tais como a motivação, como parcialmente determinante de competência. Ao falar de competência é especialmente importante não separar fatores cognitivos de afetivos e fatores de determinação no que diz respeito ao impacto da teoria na prática educacional; mas também com relação ao estilo de pesquisa e explicação (como indica o trabalho de Labov). Dentro de uma visão abrangente de competência considerações do tipo identificado por Goffman (1967, pp218-26) devem ser reconhecidas com - capacidades de interação como coragem, espírito esportivo, galanteria, compostura, presença de espírito, dignidade, estágio de confiança, capacidades que são discutidas em detalhes por ele e, explicitamente em pelo menos um caso, como tipos de competência.

Voltando aos julgamentos e intuições das pessoas o termo mais geral para o critério de tais julgamentos seria aceito. Quirk (1966) assim o usa e o próprio Chomsky comenta uma vez que “a gramaticidade é apenas um dos muitos fatores que interagem para determinar aceitabilidade” (1965, p.11).(O termo é, portanto, libertado de seu emparelhamento estrito com “desempenho”). As fontes de aceitabilidade devem ser encontradas nos quatro parâmetros recém observados e em inter-relação entre eles que não são bem entendidas.

Voltando ao uso e eventos reais o termo *desempenho* agora está livre para este sentido, mas com vários lembretes e ressalvas importantes. Os “modelos de desempenho” estudados em sociolinguística devem ser tomados como modelos de aspectos de habilidades de uso, relativos aos meios de implementação no cérebro, embora agora pudessem ser vistos como um fator distinto, colaborador da competência geral. Parece, na verdade, ter havido algumas mudanças inconscientes entre o sentido no qual se falaria de desempenho de um motor e aquele no qual se falaria de desempenho de uma pessoa ou ator (cf. Goffman,1959,PP.17-76, “Performances”) ou de uma tradição cultural (Singer, 1955; Wolf, 1964,PP.75-6). Aqui o desempenho de uma pessoa não é idêntico a um

registro de comportamento ou com a realização imperfeita ou parcial da competência individual. Ela leva em conta a interação entre competência (conhecimento, habilidade para uso), a competência dos outros e as propriedades cibernéticas e emergentes de eventos. Um desempenho, assim como um evento, pode ter propriedades (padrões e dinâmicas não reduzível a termos de competência individual ou padronizada. Às vezes, de fato, estas propriedades são o local (um show, uma peça, uma festa).

O conceito de “desempenho” assumirá grande importância na medida em que o estudo da competência comunicativa seja visto como um aspecto do que por outro ângulo pode ser chamado de etnografia de formas simbólicas – o estudo da variedade de gêneros, narração, dança, drama, música, música instrumental, arte visual que inter-relacionem com a fala na vida comunicativa de uma sociedade, e em termos do que a importância relativa e significado da fala e da linguagem devem ser avaliadas. A recente mudança nos estudos folclóricos e muito da antropologia para o estudo desses gêneros por meio de desempenho com regras subjacentes (e.g. Abrahams, 1967) podem ser vistos como uma reconstrução de base etnográfica da visão expressada na filosofia de formas simbólicas de Cassirer's. (Esta reconstrução tem uma aplicação direta com a competência comunicativa de crianças nas cidades americanas, onde a identificação e compreensão das diferenças em tipos de formas, habilidades e sua avaliação é essencial).

O conceito de desempenho também será importante à luz do trabalho sociológico tal como aquele de Goffman (mencionado acima) do mesmo modo que sua preocupação com a competência interacional geral ajuda a tornar preciso o papel particular da competência lingüística.

Em ambos os respeitos a inter-relação do conhecimento de códigos distintos (verbal; não verbal) é crucial. Em alguns casos estas inter-relações sinalizarão um nível adicional de competência (cf., e.g., Sebeok, 1959pp. 141-2): “Desempenho constitui uma seleção ordenada coincidentemente de dois conjuntos de sinais acústicos – em resumo, códigos – língua e música... Estas são integradas por regras especiais...”). Em outros, talvez não, como quando os gritos separados de vendedores e

o chamado pra rezar de um muezim parecem se encaixar a um observador de uma cidade Árabe, mas com identificação de interação ou plano.

A natureza da pesquisa de formas simbólicas e competência interacional já é influenciada em parte importante por estudo lingüístico de competência (para algumas discussões veja Hymes, 1968b). Dentro da visão de competência comunicativa tomada aqui, pode-se esperar que a influência seja recíproca.

Tendo afirmado estas recomendações, deixe-me agora rever relações entre a lingüística e outros sistemas comunicativos, especialmente em termos de antropologia cultural. Eu considerarei tanto terminologia e conteúdo, usando as quatro questões como estrutura.

1- *Se (e até que ponto) algo é formalmente possível*

Esta formulação parece uma preocupação essencial da teoria lingüística para a abertura, potencialidade de língua e para generalizá-la por sistemas culturais. Quando a possibilidade sistêmica é uma questão de língua, o termo correspondente é, com certeza, gramaticalidade. De fato, a língua é tanto o exemplo paradigmático que uma pessoa usa “gramática” e “gramaticalidade” por extensão para outros sistemas de possibilidade formal (referências recorrentes a uma gramática cultural, A Grammar of Motives, de Kenneth Burke, etc.).

2- *Se (e para que grau) alguma coisa é praticável*

A preocupação predominante aqui será recordada, tem sido para psicolingüísticos fatos tais como limitação de memória, dispositivo perceptivo, efeitos tal como nidificação, absorção, ramificação e inclinação. Tais considerações não são limitadas para a lingüística. Um paralelo em antropologia cultural é a hipótese do Wallace (1961, p. 426) que a inteligência é como que taxonomias populares são culturalmente institucionalizadas não vão conter mais do que vinte e cinco entidades e conseqüentemente não será exigido mais do que seis entidades próximo que possui parte dimensões para as definições de todos os termos. Com

relação à cultural, uma tomaria para dentro outras características do corpo e características do material do ambiente também. Com relação ao ato comunicativo, a importância geral de noção de implementação de significado eficaz é clara.

Como vimos, a questão 2 define a maneira pela qual são agrupadas na teoria lingüística a condução da apresentação, e, de modo correspondente, a aceitabilidade. Claramente, um termo mais específico é necessário para a questão colocada aqui. Um termo geral não foi proposto para esta propriedade. Com relação ao comportamento cultural, à medida que um composto é *praticável*, sendo situável, ele se torna melhor para ambos. Além disso, a implementação limitada afeta a gramática possível e também afeta a cultura enquanto um conjunto. Certamente, no que diz respeito ao cérebro, isso parece ser identidade substancial.

3- Se (e em que grau) alguma coisa é apropriada.

Como vimos, a adequação é dificilmente considerada na teoria lingüística em discussão, e é agregada sob o título de desempenho, e, correspondentemente, aceitabilidade. No que diz respeito à antropologia cultural, o termo *apropriado* tem sido utilizado (Conklin, Franke, etc.), e estendido para a língua (Hymes, 1964, pp.39-41). “Adequação” parece sugerir prontamente a idéia necessária de relação às características contextuais. Uma vez que qualquer decisão é tomada em contexto definido, ela pode sempre envolver um fator de adequação, de modo que esta dimensão deva ser controlada, mesmo no estudo de competência puramente gramatical (cf. Labov, 1966). Considerando-se uma visão comunicativa, juízos de adequação não podem ser transferíveis a diferentes esferas, entre a lingüística e a cultural; certamente, as duas esferas irão se interceptar. (Podemos pensar em adequação considerando-se a gramática como as regras de sub-categorização sensíveis ao contexto e a seleção para qual o componente base é sujeito; ainda assim haveria intersecção com o cultural.)

Juízo de adequação emprega um conhecimento tácito. Chomsky discute a necessidade de especificar situações em termos mentais, e

refere-se à própria noção de "o que poderia ser esperado da investigação antropológica" (1965, p.195, n.5). Aqui, pareceria ser o reconhecimento de que uma abordagem adequada da relação entre frases e situações deva ser "mental", implicando em um conhecimento tácito, e, portanto, a competência (no uso de Chomsky e deste artigo). Mas a restrição de competência (conhecimento) aos aspectos gramaticais predomina, no que diz respeito ao desenvolvimento explícito de teoria. Por dedução, apenas o desempenho é deixado de lado. Não há menção do que poderá contribuir para o julgamento de frases em relação às situações, nem como aqueles julgamentos podem ser analisados. A falta de clareza aqui e as contradições implícitas de uma explicação mental do que em termos da teoria seja parte do "desempenho" mostra novamente a necessidade de colocar a teoria lingüística dentro de uma teoria sociocultural mais geral.

4- Se (e em que grau) algo é feito

O estudo da competência comunicativa não pode se restringir às ocorrências, mas não pode ignorá-los. Estruturas não podem ser reduzidas a possibilidades de ocorrências, mas mudança estrutural não é independente delas. As habilidades dos usuários da linguagem incluem de certa forma (talvez inconsciente) conhecimento de probabilidades e variam neles como indicadores de estilo, resposta, etc. Algo pode ser possível, factível e apropriado e não ocorrer. Nenhum termo geral seja talvez necessário aqui, mas o questionamento é necessário, especialmente para o trabalho que procura mudar o que é feito. Esta categoria é necessária também para permitir o que Harold Garfinkel (em discussão em claro, em 1966,p323) interpreta como aplicação do princípio medieval, (*factum valet*: "uma ação que não seja proibida por regras é para ser considerada como correta caso ela aconteça").

Em suma, a meta de uma teoria ampla sobre competência pode ser mostrar as formas em que a sistemática, o factível, e o apropriado estão ligados para produzir e interpretar o comportamento cultural de fato acontecendo. [..]

Nós falamos primeiramente de uma competência das crianças como "em princípio". Certamente a criança não tinha conhecimento perfeito ou

domínio do meio de comunicação de sua comunidade. Em particular, a competência diferencial tem uma história de desenvolvimento na vida de uma pessoa. As referências formadas na infância continuam a se desenvolver e sofrendo mudanças em toda a vida em respeito às estruturas frasais e ao seu uso (cf. Labov, 1965, pp77, 91-2; Chomsky. 1965, p.202) e retomar a situação do nordeste da Amazônia mencionada anteriormente. Tanner (1967, p. 21) relata para um grupo de indonésios: “embora os padrões do discurso infantil ...antecipando aqueles do adulto, eles não os determinavam...para estes informantes este é o princípio do código de especialização que é a característica importante da experiência lingüística infantil, não o padrão código de especialização em si. (Todos são multilíngües desde a infância). Nenhuma pessoa entrevistada relatou uma história lingüística estática neste respeito.” (veja agora também Carroll, 1968.)

Talvez devêssemos contrastar a visão a longo prazo da visão imediata de competência. A visão imediata sendo interessante primeiramente para o entendimento de competências inatas não aparentes nos primeiros anos de vida e uma visão mais ampla, para a compreensão da socialização contínua e da mudança de competência ao longo da vida. Em todo caso aqui está o que mais se respeita na teoria da competência que deve ultrapassar a noção de fluência ideal numa comunidade homogênea, considerando-se que isso fosse aplicável ao trabalho com crianças em desvantagem e com crianças cuja L1 ou sua variante é diferente da ensinada em sua escola; objetivando mudar ou acrescentar, na possibilidade de que tal competência não aparente de forma natural possa ser alterada e, quem sabe, modificada drasticamente por novos fatores sociais. Supõe-se desde o início um confronto de diferentes sistemas de competências na escola e na comunidade focando-se na forma que cada um afeta e é afetado pelo outro. Incontáveis fenômenos contribuem não somente para separar estruturas de linguagem dessas crianças, mas também para apontar interferências dos sistemas entre si, nos problemas advindos da interferência de um sistema no outro.

Desde que essa interferência envolva aspectos lingüísticos e de uso coletivo, adota-se a chamada interferência sociolingüística. Ou o conceito

mais amplo de interferência comunicativa para se levar em conta o papel de modos de comunicação outros que os de língua. Neste artigo, no entanto, focarei no fenômeno linguístico, na língua em si.

Quando uma criança advinda de um mundo de referências entra numa situação na qual expectativas de comunicação são estabelecidas do ponto de vista do outro. Uma má compreensão e má interpretação podem ocorrer em vários níveis. É importante atentar para o fato de que palavras podem ser mal entendidas por causa dos diferentes sistemas fonético-fonológicos dos falantes, objetivos e habilidades inatas também podem ser mal avaliados em decorrência dos diferentes sistemas de uso de língua e pela importação de seus usos de outras e diferentes modalidades.

Com foco na educação, eu aponte o problema anos atrás nestas palavras (Hymes, 1961, pp.65-66):

...novos hábitos discursivos e treinamento verbal devem ser introduzidos, necessariamente de fontes particulares para alvos particulares, usando-se de códigos de mensagem particulares, de formas particulares, por canais particulares, sobre tópicos particulares, em contextos particulares – e tudo isso com e para pessoas para quem ainda deva existir padrões de rotinas linguísticas, de expressão de personalidade pelo discurso, de uso do discurso em situações sociais, de atitudes e concepções a respeito de discurso. Isso parece ser razoável para o sucesso numa aventura educacional a ser realçada pelo entendimento da estrutura existente, pois os esforços renovadores serão percebidos sob esse ponto de vista e as citadas renovações terão ainda mais sucesso.

A noção de interferência sociolinguística é da maior importância para a relação entre teoria e prática. Primeiramente esclareça-se que a teoria da interferência sociolinguística deve começar com situações de heterogeneidade social e linguística (quando uma dada teoria parece reduzir-se de tais situações, isso deve evidentemente ser usado em favor das mesmas. Ver, por exemplo, Labov e Cohen (1967) para a relação entre papéis da fonologia e sintaxe padrão e não padrão em Harlem e entre a competência receptiva e produtiva de uso do vernacular não padrão.)

Segundo, o conhecimento da noção de interferência sociolinguística pressupõe a noção de sistemas linguísticos entre cada interferência

identificada o que ajuda a que se veja como recorrer a uma variedade de pesquisas que possam ser compreendidas ou conservadas. (Eu tenho em mente, por exemplo, obstáculos à pesquisa de “aprendizagem de segunda língua” em programas para estudantes pretos por causa do termo ofensivo.) A noção de interferência sociolinguística e sistemas requer a conceituação de uma teoria integrada de descrição sociolinguística. Cada trabalho realizado, como cada teoria desenvolvida têm sido importante para o desenvolvimento de uma noção de variantes ou códigos. Em especial teorias descritivas forçadas a reconhecer que o conceito de recursos linguísticos derivados historicamente são relatos ou não relatos de línguas ou dialetos, inteiramente secundários nas relações da sociedade atual. Primeiro, lembradas as dificuldades de colocar nomes linguísticos em destaque. Segundo, o grau de similaridade ou distância linguística não pode prever inteligibilidade mútua, sem falar no uso. Terceiro, de acordo com o ponto de vista funcional da descrição sociolinguística, meios de escopos bastante diferentes podem ser empregados em papéis equivalentes. Um bom exemplo é a expressão de intimidade e respeito apontada pela mudança dos pronomes de segunda pessoa em francês (*tu; vous*) ou pela completa mudança de língua no Paraguai (Guarani; Espanhol). Contrariamente, o que parecem meios equivalentes do ponto de vista das línguas pode significar papéis muito diferentes. Em suma, temos que romper com a tradição de um pensamento que simplesmente equipara uma língua, uma cultura e se vale de um grupo de funções dadas. Para tratar dos problemas em face à desvantagem infantil e da educação em grande parte do mundo, temos que começar com o conceito de hábitos de discurso ou competências de uma comunidade ou população e olhar o lugar das pesquisas de deriva histórica linguística nas mesmas como uma questão empírica. Como códigos funcionais, pode-se encontrar uma ou três línguas; dialetos pouco ou muito divergentes, estilos em geral mutuamente incompreensíveis ou apenas detectáveis como diferentes uns dos outros. As objetivas diferenças linguísticas são secundárias e não devem interferir na história. O que deve ser conhecida é a atitude diante das diferenças, o papel funcional atribuído a elas, o seu uso. Somente com base em

descrições motivadas funcionalmente casos comparáveis podem ser estabelecidos e validados pela teoria desenvolvida.

Agora com foco na interferência sociolinguística entre crianças na escola, muitas informações relevantes e hipóteses teóricas podem surgir de diversos casos de variação como o “bilingüismo”, a “aculturação linguística”, a “dialetação”, a “crioulização”, etc. O valor de uma teoria integrada da descrição sociolinguística para o trabalho prático deve ser este:

1. deve atentar para colocar os estudos, diversamente rotulados, em uma linha teórica analítica comum; e
2. localizar cada informação dentro da linha teórica de forma a que se possa tratar das relações entre códigos, tipos de troca de código e tipos de interferência entre códigos. Pode-se servir da teoria quando talvez evitando conotações atreladas a nomenclaturas como “Aprendizagem de Segunda Língua”. (Digo talvez porque obviamente é muito difícil de evitar más conotações de alguns termos empregados para designar situações que são elas mesmas intrinsecamente questionáveis).

William Stewart (1965, p11n2) relembra que algumas relações de código nos Estados Unidos podem ser mais bem compreendidas se forem vistas como parte de um contínuo de casos que vão para o Caribe e África, por exemplo, parece-me a partir de uma perspectiva teórica muito promissora. Não é que a maioria das relações de código nos Estados Unidos devam ser tomadas como envolvendo línguas diferentes, mas que elas realmente envolvem relações entre códigos diferentes, e que a em maior série ilumina a parte. Stewart tem visto através dos diferentes rótulos de dialetos, crioulo, jargão, linguagem, bilingüismo, para uma dimensão sociolinguística. Passando por diferentes rótulos e alcançando as dimensões sociolinguísticas subjacentes é uma tarefa na qual a teoria e a prática se encontram.

Deixe-me agora destacar três conceitos interrelacionados, importantes para uma teoria voltada para descrição sociolinguística, que têm a mesma propriedade de nos permitir transpor diversos casos e modos de informar, e conseguir as relações básicas. Tal conceito é o do repertório verbal, que Gumperz (1964) muito tem feito para desenvolvê-lo. A

heterogeneidade da fala da comunidade, e a prioridade da relação social, são determinadas por um ponto de vista, e a questão a ser investigada trata-se do conjunto de variedades, códigos, ou sub-códigos, dominados por um indivíduo, juntamente com os tipos de troca de código que ocorrem entre eles. (de maneira mais geral, a pessoa acessaria o repertório comunicativo.)

Um segundo conceito refere-se aos *procedimentos lingüísticos*, organizações seqüenciais para além de frases, ou como as atividades de uma pessoa, ou como a interação entre duas ou mais. Os gêneros literários fornecem exemplos claros; a organização de outros tipos textuais, e de conversação, está sendo o foco de atenção dos sociólogos, tais como Sacks, lingüistas com orientação sociolingüística, como Labov. Uma importância especial dos procedimentos lingüísticos é que eles podem ter a propriedade que mais tarde o filósofo Austin nomeou *performative* (Searle, 1967). Isto é, o que é dito não corresponde, se refere simplesmente a alguma outra coisa; é a própria coisa em questão. Dizer "Eu solenemente juro" serve para solenemente jurar; não é nomear outra coisa que seja o ato de jurar solenemente. De fato, nas circunstâncias nenhuma outra forma de jurar solenemente é fornecida a não ser para então fazê-lo, dizendo que a pessoa então o faça. Deste ponto de vista, portanto, a deficiência e capacidade no que diz respeito à linguagem envolvem questões que não são sobre a relação entre linguagem e outra coisa que a linguagem corresponder ou influenciar; às vezes essas perguntas são sobre coisas que são feitas linguisticamente ou não. De maneira mais geral, alguém iria analisar os procedimentos lingüísticos, abrangendo gesto, a paralingüística, etc.

Um terceiro conceito tem a ver com o *domínio do comportamento da linguagem*, o qual Fishman tem tratado de forma perspicaz no seu trabalho sobre a linguagem fidelidade nos Estados Unidos (1966.pp.424-39). Novamente, a complexidade e a padronização de uso são assumidas, e o foco está na "designação mais parcimoniosa e frutífera de ocasiões nas quais uma língua (variante, dialeto, estilo, etc.) é habitualmente empregada ao invés de (ou em adição a) outra "(p.428). (De modo mais geral, definiríamos e domínios do comportamento comunicativo). Muito

freqüentemente, para se ter certeza, o significado de um aspecto sociolingüístico, como um código, procedimento, ou termo ou nível de endereço, é procurado com fim puramente distribucional. O aspecto é marcado pelo conjunto de contextos em que ele pode ser usado sem levar em conta uma estrutura semântica interveniente. Tal abordagem ignora o fato de que o aspecto sociolingüístico, como os lingüísticos, são "sinais" no sentido clássico saussuriano, compreendendo tanto uma forma quanto um significado (significante e significado). A diferença é que se pode pensar sobre um típico sinal lingüístico como compreendendo uma forma fonológica e um significado referencial (*chien* e a correspondência animal), enquanto que um sinal sociolingüístico pode abranger em respeito à forma uma língua toda, uma parte organizada dela, enquanto que o significado talvez tenha a ver com uma atitude, norma de interação, ou coisas desse tipo. (Recordar o caso paraguaio de espanhol/ distância: guarani / proximidade (entre outras dimensões).) Assim, a relação entre o aspecto e o contexto é mediada por um paradigma semântico. Há um análogo aqui para a referente à um elemento lexical na língua em termos de forma (características fonológica), significado (característica semântica), e contexto (características de seleção sintática), ou, de fato, a fórmula semiótica tripartida de Morris, sintática, semântica, pragmática, se essa tríade pode ser interpretada aqui como análogas em forma, significado e contexto.

Se a abordagem distribucional negligenciar a estrutura semântica, há uma abordagem semântica comum que negligencia o contexto. Ela analisa a estrutura de um conjunto de elementos (por exemplo, códigos, ou os termos de referência pessoal) assumindo um contexto normal. Esta abordagem (típica de análise componencial) é igualmente incapaz de considerar a variação do leque de aspectos da linguagem que um usuário fluente de uma língua é capaz de realizar (cf. Tyler, 1966). É verdade que o valor de um aspecto é definido em primeiro lugar em relação a um conjunto de contextos normais (ambientes, os participantes, as relações pessoais, os temas, etc.). Mas dado este uso "não marcado" (que é pressuposto), um ator é capaz de insultar, bajular, trabalhar com o discurso de forma cômica ou elevada, etc., pelo uso "marcado" da função (procedimento de código, o

nível de endereço, etc.) em outros contextos. Dado o seu conhecimento tácito dos valores normais, os HEATERS podem interpretar a natureza e o grau de marcação do uso.

Assim as diferenças que podem ser encontradas em uma comunidade podem ter a ver com:

1. presença ou ausência de uma função (código, procedimento, etc.)
2. O valor semântico atribuído a um aspecto (e.g. Inglês como tendo o valor da distância e de hostilidade entre alguns índios americanos).
3. A distribuição do aspecto entre contextos, e
4. As inter-relações destes entre si, em usos não marcados e marcados.

Esse discurso não esgota os conceitos e modos relevantes de análises para o tipo da teoria de que necessitam. Um número de estudiosos estão desenvolvendo abordagens conceituais relevantes, especialmente Berstein, Fishman, Gumprrz, Labov (minha própria formulação atual é indicada em Hymes, 1967). Os três conceitos destacados apontam para maiores dimensões: as capacidades das pessoas, a organização do meio verbal para propostas socialmente definidas, bem como a sensibilidade de regras para com as situações. E é possível usar os três conceitos para sugerir um quadro prático para se usar na descrição sociolinguística. [...]